Processo 002.661/2018-7
Tomada de Contas Especial

Parecer

Em face dos elementos constantes dos autos e da revelia do responsável, não obstante devidamente citado, conforme comprovam os documentos às peças 47-51 e 53, este representante do Ministério Público de Contas da União manifesta-se em consonância com o encaminhamento proposto pela unidade instrutiva, em pareceres uniformes (peças 55 a 57), com a ressalva de que, no entender do *Parquet*, não ocorreu a prescrição parcial da pretensão punitiva do TCU aduzida pela unidade técnica (peça 55, p. 4, itens 13 e 14), que afirmou não ter ocorrido a *praescriptio* em relação apenas às duas últimas parcelas.

2. É que, considerando que o fato gerador do débito é a não comprovação das despesas, entende-se que o termo *a quo* para a contagem do prazo prescricional é a data final para apresentar a prestação de contas, que se deu em **28/2/2009** (peça 5), oportunidade em que deveria restar comprovada a boa e regular aplicação dos recursos, conforme entendimento expressado nos Acórdãos 2278/2019-Primeira Câmara (rel. Min. Augusto Sherman) e 3749/2018-Segunda Câmara (rel. Min. Ana Arraes), extraídos da jurisprudência selecionada do Tribunal. Assim, não houve o transcurso de prazo superior a dez anos entre essa data e o ato de ordenação da citação, que ocorreu em **23/10/2018** (peça 45), motivo pelo qual não se operou a prescrição da pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União.

Ministério Público, em 31 de Outubro de 2019.

Rodrigo Medeiros de Lima
Procurador